

MONTANHISMO: DOS SIGNIFICADOS, CONFLITOS E TENSÕES¹

Recebido em: 14/10/2016

Aceito em: 30/09/2017

*Cilene Lima de Oliveira*²

Universidade Federal Fluminense
Niterói – RJ – Brasil

*Tauan Nunes Maia*³

Instituto Federal do Rio de Janeiro
Niterói – RJ – Brasil
Universidade Federal de Minas Gerais
Belo Horizonte – MG – Brasil

*Edmundo de Drummond Alves Junior*⁴

*Gabriela Araújo Goes da Mota*⁵

Universidade Federal Fluminense
Niterói – RJ – Brasil

RESUMO: O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada nos anos de 2011, 2012 e 2013, que objetivou analisar discursos de dirigentes, alunos e/ou ex-alunos de um curso de montanhismo de um clube da cidade do Rio de Janeiro (Centro Excursionista Rio de Janeiro - CERJ), a fim de verificar como estes praticantes significam essa atividade e sua relação com o meio ambiente por meio dela. Esta análise permitiu identificar conflitos dentro deste campo esportivo e tensionamentos entre os elementos que buscam legitimar um monopólio de definição da atividade em questão. Dessa forma, a investigação dos significados imputados ao montanhismo, ainda que por um grupo específico, permite repensar como a busca por uma imposição de sua maneira de praticar influencia sua própria realização, a relação entre homem e meio ambiente e o sentido do esporte.

PALAVRAS CHAVE: Montanhismo. Meio Ambiente. Esportes. Atividades de Lazer.

MOUNTAINEERING: MEANINGS, CONFLICTS AND TENSIONS

¹ Pesquisa financiada pelo CNPQ entre os anos de 2011 e 2013.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense.

³ Professor do Instituto Federal do Rio de Janeiro – Campus Niterói e Doutorando em Estudos do lazer pela EEFETO-UFMG.

⁴ Docente da Universidade Federal Fluminense.

⁵ Discente da Universidade Federal Fluminense.

ABSTRACT: This article is the product of a research conducted in 2011, 2012 and 2013 which aimed to analyze the speech of principals, students and/or ex-students of a mountaineering course's club in Rio de Janeiro, in order to verify how these practitioners give meaning to this activity and their relationship with the environment through it. This analysis allowed the identification of conflicts inside this sports field and tensioning between the elements that seek to legitimate a monopoly of mountaineering's definition. Likewise, the investigation of the meanings assigned to mountaineering, even if by a specific group, allow rethinking how the search for an imposition of the legitimate practice reframes the practice itself, the relation between man and environment and the meaning of the sport.

KEYWORDS: Mountaineering. Environment. Sports. Leisure Activities.

Introdução

O lazer, enquanto direito e esfera essencial da vida, é considerado um fenômeno contemporâneo, produzido e modificado historicamente e impregnado das relações sociais, políticas e econômicas do contexto onde se insere. Dessa forma, ele é marcado por tensões, e, constantemente, passa por processos de “controle/resistência, adequação/subversão” (MELO; ALVES JUNIOR, 2012, p.10), isto é, o desenvolvimento das atividades de lazer tanto pode servir a um determinado sistema simbólico-cultural, perpetuando sua conformação, quanto promover sua ressignificação e reconfiguração.

Desde que Elias e Dunning publicaram o livro “A busca da excitação”, em 1985, os estudos do lazer tomaram novas dimensões, na medida em que os autores partiam do pressuposto de que o lazer deve ser analisado a partir da função que assume na sociedade. Neste sentido, ressaltar a importância dos estudos desta esfera da vida dos indivíduos pode revelar conhecimentos importantes, sobretudo porque fornece subsídios para compreender a sociedade de forma mais ampla, bem como os sentidos e significados que os indivíduos imputam às suas práticas. É, portanto, um exercício constante entre particularismos e universalismos, isto é, entre os aspectos particulares de

determinada prática e sua correlação com os aspectos mais amplos do lazer e da sociedade.

Embora se possa observar certo evolucionismo na abordagem apresentada por Elias e Dunning (1992), especialmente ao se pautar no “processo civilizatório”, sugerido por Elias no livro “O processo civilizador” (publicado originalmente em (ELIAS, 1939), suas obras foram de grande contribuição, já que consideravam o lazer enquanto fenômeno social por direito próprio e superarem às análises que se fundamentam na dicotomia trabalho/lazer. Neste sentido, as práticas corporais realizadas nos momentos de lazer, podem ser analisadas seguindo este pensamento não dicotômico.

Considerando que, inerentes as práticas corporais presentes no conteúdo físico esportivo-cultural do lazer, estão as atividades físicas e, dentre essas diversas atividades, estão as atividades físicas de aventura na natureza, fundamentamos este trabalho na justificativa de que o estudo de tais práticas é relevante para ampliar o conhecimento em torno das atividades que compõem a forma como o homem constrói significados para o lazer. Além disso, por se preocupar em considerar a relação natureza/homem de maneira mais ampla, e não apenas sob a ótica restritiva do mundo do trabalho e suas demais esferas, como é comum em trabalhos sobre o ambiente a sociedade, esta pesquisa contribui significativamente para compreender como o homem atribui significados para sua relação com o meio ambiente.

Dessa maneira, importa ressaltar que as atividades de aventura na natureza são um fenômeno social que têm crescido consideravelmente nos últimos anos e que têm merecido destaque nos estudos de diversas áreas, como a educação física, a biologia, a antropologia, psicologia, sociologia, direito e inúmeras outras (TAHARA; DIAS;

SCHWARTZ 2006). Essas atividades são entendidas aqui como um conjunto de práticas, formais ou não, que se realizam nos momentos de lazer, que são dotados de riscos calculados e incertezas e que dependem diretamente da natureza para acontecer. A natureza, neste caso, vai além de ser palco e passa a ser elemento motivador dessas atividades, que, com suas instabilidades, condiciona a execução das mesmas. A prática dessas atividades não é atual, entretanto sua abordagem só aparece no meio acadêmico, no Brasil, a partir dos últimos anos da década de 1990. Se há pouco mais de dez anos atrás a produção sobre a temática das atividades de aventura aparecia tímida nos meios acadêmicos, o cenário foi mudando por um conjunto de fatores, tais como a criação de grupos de pesquisa, temáticas em eventos e iniciativas privadas e públicas para tais atividades. Inclusive, cabe destacar a criação de um congresso específico para estas atividades, o Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura (CBAA), realizado em sua primeira edição em 2006 em Balneário Camburiú/SC. Quem deu conta da iniciativa foi o Laboratório de Estudos do Lazer, do Departamento de Educação Física, Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista. A motivação cresceu e tornou-se concreta na forma de congresso graças à percepção do interesse crescente a respeito da relação entre as atividades físicas e a natureza. O número crescente de congressistas até sua última edição realizada em 2016, bem como os trabalhos apresentados torna patente o atual estado de interesse e investimento sobre as atividades de aventura. Além disso, a concomitante criação do Congresso Internacional de Atividades de Aventura junto à 7ª edição do CBAA, elevou a produção acadêmica da temática para amplos e novos espaços de troca. No banco de teses e dissertação da Capes, para citar outros exemplos,

foi possível perceber um exponencial aumento das pesquisas sobre *rafting*, *surf*, escalada e corrida de montanha, por exemplo, já após os anos de 2010⁶

Se o interesse acadêmico pelas atividades de aventura cresce de modo interessante, de outra maneira é interessante também observar que a crise paradigmática⁷ (DIAS, 2004) que ora se apresenta, a mídia, a escassez ou a precariedade das políticas públicas voltadas para o esporte, lazer e meio ambiente têm fomentado a redução das atividades de aventura na natureza a bem de consumo e ferramenta para uso indiscriminado dos recursos naturais, desconsiderando, muitas vezes, a dimensão simbólica dessas atividades, bem como as tensões nelas presentes.

Ao discorrer sobre o tema, Nabeta e Silva (2010, p.19), afirmam:

A percepção do crescimento da busca pela prática de atividades físicas na natureza desde o século XIX, numa perspectiva de vivência de um lazer mais próximo à natureza (RYBCZYNSKI, 2000) permite afirmar que as atividades de aventura ao ar livre, como todas as atividades de lazer, são práticas passíveis, tanto de um reforço da atual crise ser humano/meio ambiente, quanto de apropriado tempo/espaço para atitudes de contestação e ressignificação.

Dessa maneira, buscamos aqui investigar os sentidos e significados imputados a uma determinada atividade de aventura na natureza, mais especificamente o montanhismo, bem como pretendemos compreender em que medida estas atividades reforçam ou ressignificam as cosmologias ocidentais⁸ em torno da relação

⁶ <http://nrleventos.wixsite.com/cbaa2014/historico>

<https://sites.minhasinscricoes.com.br/congressobrasileirodeatividadedeaventuracbaa#topo>

⁷ Segundo Dias (2004), a crise paradigmática se caracteriza pelo aspecto utilitarista, isto é, mercantilista com que a nossa sociedade ocidental estabeleceu sua relação com o meio ambiente. Esta crise estabeleceu uma dicotomia entre natureza e sociedade, colocando-os em polos extremamente opostos e “inaugurando assim uma ética antropocêntrica, na qual a natureza é um instrumento em função de seus interesses” (p.137).

⁸ Por cosmologias ocidentais entendemos o conjunto ideológico que norteia determinada cultura. Tais ideologias, no entanto, não engessam as estruturas culturais dos grupos inseridos nas sociedades, mas, como categoria analítica, permite explicar sob que dinâmicas estão inseridas nossas concepções e visões de mundo.

homem/natureza e como essas significações se apresentam em um campo esportivo⁹ emaranhado de conflitos. Cabe dizer que o presente trabalho é fruto de uma pesquisa que se realizou durante três anos. Na primeira etapa da pesquisa, realizada no período 2011-2012, o objetivo foi verificar os significados atribuídos à prática do montanhismo, bem como a relação dessa atividade com as preocupações ambientais através dos discursos dos dirigentes de um clube de excursionismo carioca. Na segunda etapa, que se realizou no período de 2012-2013, a pesquisa buscou identificar os sentidos e significados atribuídos à prática e verificar sua relação no tocante às questões e preocupações ambientais, mas agora através do discurso de alunos ou ex-alunos de um curso de montanhismo oferecido pelo mesmo clube.

No presente estudo foi realizada uma síntese das duas etapas da pesquisa de modo a apresentar os resultados de forma mais densa, contudo, sem a pretensão de darmos uma palavra final a respeito do tema que propomos investigar, mas acrescentando dados importantes para a compreensão do mesmo. Deste modo, não nos atemos exclusivamente a preocupações ambientais, no seu sentido ecológico ou preservacionista, mas às relações entre o homem e a natureza e aos campos envolvidos na construção dos significados destas.

Esta pesquisa, através de uma abordagem de cunho qualitativo, teve caráter exploratório, utilizando a técnica de entrevistas abertas, por meio de um questionário semiestruturado (BONI; QUARESMA, 2005). Foram entrevistados quatro representantes da diretoria do Centro Excursionista Rio de Janeiro e nove alunos ou ex-

⁹ Usamos aqui a concepção de campo esportivo tal qual elaborada por Bourdieu (1983), isto é, uma esfera simbólica constituída de agentes e instituições que regulam e disseminam suas práticas. No caso do campo esportivo, trata-se de um campo específico com suas regras e regulamentos próprios. Cabe destacar que o campo é a medida de seus efeitos, nesse sentido, sua abrangência requer acuidade para apurar suas relações e todos os seus agentes.

alunos de seu curso de montanhismo. Os nomes dos entrevistados foram substituídos por nomes fictícios, com o intuito de preservar suas identidades.

As respostas foram analisadas por meio de interpretação de sentidos e seguiu as seguintes etapas: (a) leitura interpretativa das transcrições, visando articula-las à literatura disponível; (b) identificação dos elementos que emergiram dos discursos e possível alocação dos mesmos a temas similares (cabe dizer que os temas permeiam-se, portanto, não foram separados, um destaque pontual dos mesmos poderia corromper a fruição do trabalho, que se apresenta de forma inter e multidisciplinar); (c) problematização dos sentidos explícitos e implícitos nos discursos; (d) busca de significados abrangentes (socioculturais), relacionados aos discursos; (e) formulação de discussão interpretativa, articulando os sentidos das falas a dados empíricos; e (f) articulação dos mesmos a outros estudos já realizados (MINAYO, 2010).

Das Relações entre Homem e Natureza

Para alcançarmos os objetivos propostos, consideramos importante fazer um breve percurso histórico, a fim de compreender sob que condições o montanhismo se estabeleceu até os dias atuais, incorporando os significados que lhes são imputados. Logo, devem-se aprofundar as relações entre o homem e a natureza, já que essas relações mediam a própria significação imputada à prática do montanhismo.

Na sociedade ocidental, diferentes formas do homem relacionar-se com a natureza construíram o desenvolvimento de atividades físicas na natureza, podendo ser compreendidas em três grandes períodos. O primeiro diz respeito ao momento de transição entre o feudalismo e a Idade Moderna, o segundo refere-se à Revolução Industrial e o terceiro situa-se em meados do século XIX (RAIMUNDO, 2010).

No período de transição entre feudalismo e Idade Moderna, a relação entre o homem e a natureza foi de um polo a outro, o que era visto no feudalismo como profano, insondável e incompreensível, sentimentos marcados pelo distanciamento entre o urbano e o natural, passou a ser instrumento de liberdade e palco de lazer na modernidade. Portanto, no início da era Moderna o homem construiu uma nova forma de se relacionar à natureza, agora não mais sob um ponto de vista do desconhecido, mas sob um vínculo associado aos avanços tecnológicos na navegação e em outros meios de transporte, à difusão da literatura e da arte, que modificaram o imaginário relacionado às paisagens naturais (RAIMUNDO, 2010).

No período relacionado à Revolução Industrial algumas sociedades adotaram os modos de produção capitalista, apropriando-se da natureza como um produto, a fim de explorá-lo. Nesse momento não se levava em conta a escassez dos recursos naturais, mas a produção indiscriminada de bens de consumo e foi nele que os impactos ambientais tornaram-se tangíveis. Esse modelo de desenvolvimento socioeconômico, que gerou uma forma dominante de relacionamento com a natureza, fomentou também reivindicações daqueles que se preocupavam com a problemática ambiental que ora se apresentava. É a partir daí que podemos narrar o terceiro grande período no que diz respeito às formas do homem relacionar-se com a natureza (RAIMUNDO, 2010).

O último período está atrelado diretamente ao avanço dos conhecimentos científicos, mais especificamente os ligados à ecologia, e ao ganho de espaço político dos movimentos ambientalistas. Podemos destacar aqui o surgimento do primeiro grupo de ambientalistas, fundado na Inglaterra, em 1865 e que reivindicava mais espaços de lazer para a população (DIAS *et. al.*, 2007). Em 1872 foi criado o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone, nos Estados Unidos, seguido da criação de outras

unidades de proteção em outros países e todos esses fatores contribuíram para que se propusesse uma nova relação entre homem e natureza (DIEGUES, 2000; DIAS *et.al.*, 2007). É importante destacar que essa noção a respeito da criação de áreas naturais protegidas foi influenciada pelo movimento preservacionista que se afluía naquela época, onde Henry Thoreau, John Muir e Aldo Leopold, foram expoentes. Essa concepção está explícita mais claramente na noção de *wilderness* (selvagem), que era a noção de grandes áreas não habitadas por humanos (principalmente após o extermínio de populações indígenas), que impulsionou a criação de parques nacionais nos E.U.A. e que se disseminou mundo a fora. A intenção da criação desses parques era a preservação dessas áreas para a recreação e contemplação.

[...] a corrente preservacionista que serviu de ideologia para o movimento conservacionista americano, vê nos parques nacionais a única forma de salvar pedaços da natureza, de grande beleza, dos efeitos deletérios do desenvolvimento urbanoindustrial. Baseia-se, sem dúvida, nas consequências do avanço do capitalismo sobre o oeste selvagem, nos efeitos da mineração sobre rios e lagos americanos. Dentro dessa perspectiva, qualquer intervenção humana na natureza é intrinsecamente negativa. Por outro lado, desconsidera o fato que os índios americanos tinham podido viver em harmonia com a natureza por milhares de anos (DIEGUES, 2000, p.37).

A tradição ecológica de Henry Thoreau, John Muir e Aldo Leopold, os mesmos que propuseram a noção de “*wilderness*” e a criação de áreas naturais protegidas, já mencionadas aqui, deu origem ao movimento denominado ecologia profunda. Entretanto, diferente de uma concepção que era antropocêntrica, já que favorecia as populações urbanas e seus interesses estéticos, religiosos e culturais, os pensadores defensores da ecologia profunda entendiam que a natureza (incluindo humanos e não humanos) possuem valores intrínsecos, independente do uso que o homem pode fazer dele. Neste caso, os indivíduos só poderiam fazer uso da natureza para satisfazer suas necessidades naturais, dessa forma todos os seres estão interconectados e

interdependentes (DIEGUES, 2000). A ecologia profunda sofre forte interferência espiritualista “aproximando-se frequentemente de uma quase adoração do mundo natural (*Op., cit.*, p.44)”. Nesse sentido entende que haja consciência espiritual onde o ser humano sente-se em total conexão com a natureza, e o cosmo, como um todo (CAPRA, 1996).

Esses movimentos pioneiros, portanto, seguiam em direção à preservação de áreas isoladas. Entretanto, nos anos de 1960 começa a surgir um novo ecologismo em contraposição aos movimentos anteriores. O novo ecologismo não propunha uma proteção às áreas específicas, como no caso dos primeiros preservacionistas do século anterior, mas um movimento de ruralização, isto é, a constituição de pequenas comunidades autossuficientes. O bom selvagem, expressão influenciada pelas concepções rousseauanas, e o agricultor estavam no centro das atenções como modelos de uma comunhão estreita com a natureza (DIEGUES, 2000).

Cabe uma breve explicação: para Rousseau (1973), a natureza não é um conceito místico ou mecânico, mas uma unidade perfeita, anterior à sociedade. Em 1754, ele escreveu em “Discurso sobre as desigualdades” que os progressos da espécie humana são responsáveis por afastá-la do seu estágio primitivo, onde o homem é tido como uma criatura robusta, não acometida das moléstias que seriam contemporâneas ao Iluminismo. Ainda segundo Rousseau, ao tornar-se sociável, o homem torna-se fraco, medroso e submisso. O homem selvagem, portanto, está em unidade com o universo, com a natureza.

Neste sentido, por mais que o novo ecologismo se distancie daqueles primeiros movimentos preservacionistas, surgidos nos Estados Unidos, por proporem não uma proteção de áreas naturais específicas, como os parques, mas uma interação mais

próxima entre homem e ambiente natural, ainda pode-se perceber a influência de ideias de Rousseau, que valorizava o bom selvagem e o retorno à natureza como fio condutor para uma reforma moral e intelectual. É justamente nesse período de ressignificação da relação entre natureza e homem que as atividades praticadas na natureza começam a se estabelecer.

Podemos apontar três os principais movimentos que marcam a busca da natureza para a realização dessas atividades: o primeiro está relacionado às ginásticas filantrópicas realizadas em ambientes abertos (no início do século XIX; o segundo diz respeito ao desenvolvimento da aptidão física na natureza, como no caso dos escoteiros, por exemplo; e o terceiro ao interesse nas corridas na natureza, entre a década de 1960 e 1970).

A partir da década de 1960 as atividades de aventura na natureza começam a ganhar maior visibilidade e se disseminar, embora o surgimento delas date de tempos anteriores (VANREUSEL *apud* MARINHO 2007). Dentre as atividades de aventura na natureza se encaixam o surf, o voo livre, a asa delta, o *rafting* e o próprio montanhismo, que, enquanto prática esportiva, pode ser situado no final do século XVIII, com as primeiras escaladas ocorridas no Mont Blanc e o Mattherhorn, ambos na fronteira entre a França e a Itália. O montanhismo é definido como: “uma atividade realizada junto ao meio natural onde o praticante procura ascender montanhas caminhando ou escalando” (BETIOLLO; SANTOS, 2002, p.168).

Dentre as diferentes modalidades esportivas que fazem parte do montanhismo, que se distinguem pelo terreno e pelas técnicas empregadas, encontram-se, dentre outras, as caminhadas em montanhas (de curta e longa distância), a escalada em rocha (competitiva e tradicional), escalada em gelo e neve, alta montanha, bouldering e

escalada em muros artificiais (CBME, s/d). Embora o montanhismo não possua regras oficiais e universais, existem normas e considerações éticas que direcionam sua prática. Essas normas são estabelecidas pelas federações de montanhismo, podendo ser acatadas pelos clubes que disseminam a atividade. No Brasil, o montanhismo surgiu no século XX juntamente com o estabelecimento dos clubes excursionistas aqui (DIAS; ALVES JUNIOR, 2007).

Dos Significados, Conflitos e Tensões

Feito o resgate histórico das relações entre homem e natureza até chegarmos ao surgimento do que chamados de atividades de aventura na natureza, podemos agora nos ater a análise dos dados construídos ao longo desta pesquisa. Não queremos ser ingênuos a ponto de estabelecer uma análise unilateral dos discursos dos entrevistados, para isso importa deixar claro que falamos de uma prática que se estabelece nos interstícios das disputas pelo “monopólio da imposição da definição legítima da prática desportiva e da função legítima da prática desportiva”, (BOURDIEU, 1983, p.189), disputas que se travam entre amadores e profissionais, diferentes clubes e associações, associados e não associados à clubes, federações, além das diferentes mídias. Isto é, o objetivo de compreender como praticantes de atividades de aventura na natureza, mais especificamente o montanhismo, constroem e percebem tanto os significados de sua prática quanto as relações entre homem/ natureza, esbarra diretamente nas tensões entre os setores que reivindicam seus significados, que, por sua vez, estão relacionados ao uso do domínio da definição da prática, da qual fazem uso estes diferentes setores, e que são incorporadas pelos próprios praticantes.

Dessa forma, as questões relacionadas a essas atividades esportivas estão ligadas a este campo de disputas, por sua vez, essas disputas não estão fechadas, mas profundamente ligadas a múltiplas percepções que podem cambiar de acordo com o uso dominante que lhe é feito e esse próprio sentido dominante pode mudar. Como afirma Bourdieu (1990, p. 215):

Na verdade, assim como o sentido social de uma obra de filosofia pode se inverter dessa maneira [...] do mesmo modo, uma prática esportiva que, em sua definição técnica, "intrínseca", sempre apresenta uma grande elasticidade, logo, oferece uma grande disponibilidade para usos totalmente diferentes, até opostos; também pode mudar de sentido. Mais exatamente, o sentido dominante, isto é, o sentido social que lhes é atribuído por seus usuários sociais dominantes (numérica ou socialmente) pode mudar: com efeito, é frequente que no mesmo momento, e isso é válido também para uma obra filosófica, um esporte receba dois sentidos muito diferentes, e que o programa objetivado de prática esportiva designado por um termo como corrida a pé ou natação, ou mesmo tênis, rúgbi, luta, judô, seja um alvo de lutas - pelo próprio fato de sua polissemia objetiva, de sua indeterminação parcial, que o torna disponível para vários usos - entre pessoas que se opõem quanto ao uso verdadeiro, do bom uso, da boa maneira de exercitar a prática proposta pelo programa objetivado de prática considerado [...].

Há aqui uma relação com o conceito de configuração, de Elias e Dunning (1985). As configurações podem ser entendidas como ações pluralmente construídas entre indivíduos interdependentes que podem interferir na composição de um arcabouço entrelaçado de propriedades emergentes. A fala de Antônio pode tentar nos esclarecer essa questão, quando diz o seguinte:

“É o que eu te falo, a ética ela vai evoluindo junto com o esporte e pra você analisar o que foi feito no passado você tem que entender o contexto da época, o cara botou o símbolo do clube na árvore que ele esculpiu lá, você tem que ver o que que era na época, o contexto. É isso que a gente tem que pensar, tem que ter essa consciência também” (Antônio).

Fica claro, por meio deste discurso, que os significados da prática foram se modificando de acordo com o contexto histórico em que ela se inseria, que, por sua vez,

está sempre articulado com os conflitos e tensões presentes neste campo. A fala torna bem evidente que o montanhismo passou por esse processo, onde o próprio praticante localiza-os contextualmente.

Uma dessas esferas conflitivas está na culpabilização dos montanhistas ocasionais como causadores dos impactos nocivos ao meio ambiente, realizada pelos montanhismos filiados a clubes ou federações. O montanhista ocasional aqui pode ser interpretado como o escalador ou ‘montanhista independente’, que são as pessoas não vinculadas a nenhuma associação. Segundo Dias e Alves Junior (2012), esses praticantes são vistos como “esportistas ilegítimos, filhos bastardos, que não dominam adequadamente as técnicas de segurança [...] e podem facilmente se envolver em acidentes ou ter condutas que contrariam a ética da montanha.” (DIAS; ALVES JUNIOR, 2012, p.91). Nota-se que a elaboração de regras de conduta, ou seja, a ética montanhista, visa garantir às associações uma imagem de mais seriedade e compromisso com a redução dos riscos e a preocupação ambiental (DIAS; ALVES JUNIOR, 2012). De acordo com os entrevistados filiados a um clube, os montanhistas ocasionais ferem os princípios do montanhismo vinculados aos clubes e federações de montanhistas.

“Olha quem eu acho que degrada mais é aquele cara que frequenta a montanha e não tem a educação de montanhista. E aí esse cara quem é: pode ser turista, pode ser a pessoa normal que vai fazer um passeio, e aí que tá, quem que vai frequentar a montanha? São montanhistas, turistas e moradores e tal...” (Fernando).

“Quem degrada mais é a pessoa leiga, que não teve um clube ou alguém que desse essa instrução, o cara aprendeu na internet como é que funciona a coisa e vai.” (Antônio).

Existe, portanto, um tensionamento das aspirações de uso público entre os frequentadores das áreas consideradas como de prática do montanhismo e de uma “luta”

pelo direito de se apropriar desses espaços. Neste aspecto, estas apropriações, por diferentes personagens, geram novos símbolos de identificação através da atividade, porque cada um destes possui diferentes motivações para ocupação do meio.

Dentre os diferentes frequentadores, que tensionam os conflitos nos locais de prática das atividades de aventura na natureza, está a massa de turistas (como exposto na fala de Fernando anteriormente), atraída por diversos motivos como, por exemplo, pelos apelos midiáticos, através de imagens e símbolos de liberdade e aventura. Esses conflitos são impulsionados pela objeção dos praticantes institucionalizados à mercantilização da prática por aqueles ditos ocasionais. Em suma, essa objeção se dá porque a inserção de outros indivíduos nas áreas onde se pratica a atividade pode impedir a manutenção dos ideais ligados à apropriação de determinados lugares pelos praticantes filiados a clubes e federações, que podem estar mais próximos da conservação ambiental, segundo o ponto de vista destes praticantes, do que aqueles que competem ao viés mercadológico das atividades de aventura na natureza (DIAS e ALVES JUNIOR, 2007).

Por outro lado, se atentarmos para o apelo que a mídia, outra dimensão dos conflitos que envolvem a prática de montanhismo, faz das atividades de aventura na natureza, notaremos que o significado atribuído à prática é outro. A mídia propõe uma visão que está mais relacionada àquela que dicotomiza trabalho e lazer, exaltando discursos que pregam a fuga da vida cotidiana, a busca pela adrenalina. Embora esse apelo, pela busca do radical, da adrenalina seja pela busca de excitações agradáveis, apropriando-nos dos termos de Elias e Dunning, ou por novas formas de relacionamento com a natureza, na verdade o que isto significa é um recurso para legitimar as ofertas de

mercado e contribuir para o aumento do consumo de materiais, acessórios e aparatos tecnológicos, pautado na ótica do lazer enquanto prática compensatória.

Essa atribuição de sentidos pela mídia é completamente diferente dos que são atribuídos pelos clubes, mas podem ser incorporados por alguns de seus associados. Nesse sentido, o mascaramento ecológico provocado pela mídia, com a utilização dos termos acima mencionados, através da busca pela imposição de uma definição legítima da prática, está claramente exposto na fala de um dos entrevistados, que encarna a visão propagada pela mídia.

“Bem, hoje em dia né, a garotada quando chega aqui já tem uma outra consciência ambiental, né... pela mídia. A nossa cultura tá mudando com relação a isso, então a galera já chega já meio que conscientizada em certos aspectos” (Gizele).

Em tempo, essa ótica de um lazer compensatório que a mídia propõe, também é incorporada e explicitada na fala a seguir:

“Pra mim é lazer, é uma válvula de escape, né... da cidade grande, dessa muvuca, do estresse, pra mim é isso, uma válvula de escape, eu encontro muita tranquilidade, e adrenalina também na parte de escalada” (Eduardo).

De outro modo, ainda que as concepções do “mínimo impacto” (referência que os entrevistados fazem a mínima interferência nociva do homem no meio ambiente), da ética na montanha - visões muito presentes nos discursos que buscam o monopólio da imposição pela definição ou significação legítima da prática, dentro dos clubes e federações - sejam anunciadas como embaixadoras de uma ideologia conservacionista e/ou preservacionista, as fala dos entrevistados revelam uma multiplicidade de percepções em torno da relação entre o homem e a natureza. Dentro da multiplicidade de sentidos atribuídos ao montanhismo, pode-se dizer que alguns deles objetificam a

natureza de forma a adotarem uma visão antropocêntrica e utilitarista, como é caso dos seguintes entrevistados:

“Você tem que cuidar da natureza pra continuar praticando essa atividade! Se você não cuida você não pode fazer a trilha porque têm erosão, e outras coisas” (Rubens).

“Por que, qual é a relação? Você tem que preservar pra você poder ter, né?” (Gizele).

Essa visão utilitarista aproxima estes discursos dos primeiros movimentos conservacionistas, que propunham a criação dos parques naturais, distanciando-se, assim, das visões ligadas ao novo ecologismo. A visão utilitarista está, portanto, mais próxima da concepção antropocêntrica da natureza, não a considerando como portadora de valor intrínseco. De outro modo, outros praticantes vão justamente em direção contrária, colocando-se em uma relação completamente harmônica com a natureza, colocando-se como parte dela:

Então, eu vi uma questão muito interessante de uma moça falando que “ah, as pessoas têm uma ideia de ‘ah, vamos cuidar da natureza, vamos cuidar da natureza’”, mas não é a gente cuidar da natureza, a gente é a natureza também, né, a gente tá no meio, não é a gente que vai proteger a natureza, não é... a gente tá junto. Então a partir do momento que eu acho que participar desse clube, participar dessas caminhadas assim frequentemente, faz... você nota que você é parte daquilo. Se você é parte daquilo, você não vai estragar aquilo, entendeu? Então, eu acho que o montanhismo é basicamente essa proximidade, essa coisa que você não tá fora daquilo, você tá dentro. Todo mundo tá dentro, mas isso é uma coisa que só toma consciência quando você realmente vai pra lá, vai pra montanha, sabe? Pelo menos é assim que eu vejo (Betânia).

Outra praticante completa:

A relação é total, né. Porque a gente tá no meio da natureza a gente sente parte dela, a gente sente dentro dela, a gente não sente vendo ela, como a maioria das pessoas da cidade acha que meio ambiente tá lá e ela tá aqui, mas você não faz parte daquilo. Pra mim eu faço parte, mas lá eu me sinto parte, mesmo! Bem total mesmo (Ana).

Há ainda outras formas de encarar a relação homem e natureza, dentre elas

encontram-se as noções que se juntam à esfera espiritual. Como pode ser visto na fala abaixo:

Cara, é quase que espiritual! [...] Mas o negócio lá em cima é quase espiritual mesmo, o reencontro seu... (Vitor).

Visão corroborada por outra montanhista:

Então, se a gente gosta da montanha, a montanha é nossa igreja, né, a gente tem que cuidar, preservar. Então a gente faz tudo pra não é... não danificar as trilhas, entendeu? (Gizele).

Nesse sentido, a prática é sacralizada, onde a ritualização exerce função mediadora. Esses ritos passam pela iniciação e o sacrifício através dos muitos obstáculos que se encontram no caminho do montanhista, até que ele alcance o êxtase, o cume da montanha. É possível recorrer ao conceito de sacrifício tal qual posto por Hubert e Mauss (1899). Em “Ensaio sobre a natureza e função do sacrifício”, fica claro a correlação do termo empregado com noção de consagração, os autores explicam que, neste caso, um objeto passa do domínio comum ao domínio religioso, sendo, portanto, consagrado, tendo sido religiosamente *transformado*. Reside nessa última ideia a característica principal do sacrifício: “um ato religioso que, pela consagração de uma vítima, modifica o estado moral da pessoa que o realiza ou de certos objetos pelos quais ela se interessa” (1999, p.151). O autor faz, ainda, uma diferenciação entre sacrifícios pessoais de sacrifícios objetivos. O primeiro diz respeito àqueles onde a personalidade do sacrificante é diretamente afetada e o segundo refere-se à ação sacrificial sobre objetos reais ou ideias. Segundo o autor francês, muitas crenças e práticas sociais, não necessariamente religiosas, relacionam-se ao sacrifício, neste caso, veremos que é possível aplicar este conceito ao montanhismo.

Se afirmamos que reside na transformação a característica principal do conceito

de sacrifício, notaremos que, em relação ao montanhismo, é na montanha que essa transformação acontece, nos rituais de aproximação e condução, onde o montanhista traça um percurso para dentro da natureza, como se fizesse uma passagem do profano para o sagrado (COSTA, 2000). A transformação é completa quando se está no alto, no topo, com a aquisição de uma nova visão e uma nova forma de olhar a paisagem e a si mesmo. Como pode ser observado nas falas a seguir:

“[...] a partir do momento que você tá no mato você começa a ver as coisas de outra forma, com outros olhos” (Eduardo).

“Ver as coisas lá do alto da montanha, você começa a ver algumas coisas além do meio ambiente só da montanha...essa coisa era bem frisada lá no curso do meio ambiente da montanha. Mas quando você tá lá no alto você começa a ter uma visão de um todo, né...Um conjunto de cenas, de paisagens, que vai além da montanha, você consegue ver perto da linha do infinito, você tá vendo lá embaixo...Então ali você começa ver a interação do homem com a natureza, onde tá tendo muita entrada de cidades, você começa a ver desmatamentos em áreas rurais, deslizamentos ao longe, você tem uma visão bem geral do alto, e isso é legal do montanhismo, acho que é aí que o montanhismo se entrelaça bem com a questão ambiental, o ver do alto, o se localizar geograficamente” (Vitor).

Inicialmente, o montanhismo apareceu assim... surgiu na minha vida como um lazer, mas à medida que eu fui me integrando com isso, né, então assim, eu posso dizer que foi meio que um divisor de águas na minha vida, entendeu, a minha maneira de viver mudou depois do montanhismo (Gizele).

Evidencia-se, portanto, que os sacrifícios referidos à prática do montanhismo têm a ver com os sacrifícios pessoais, já que é no próprio montanhista que o efeito transformador acontece, isto é, eles concernem diretamente ao sacrificante e afetam seu estado, sendo ele a própria origem e fim do rito (COSTA, 2000).

A elaboração dessa correlação com o caráter de sacrifício da prática do montanhismo permite-nos aproximar essas visões das esferas espirituais àquelas da ecologia profunda, tão atravessadas pela interferência espiritual. Nesse caso, a conexão com a natureza é ao mesmo tempo tão transcendente, profunda e íntima, que o duplo

aspecto do sacrifício parece também revelar-se. Isto é, se Mauss e Hubert propõem que não há sacrifício onde não tenha alguma coisa de contratual, as relações que estabelecem nessas visões entre natureza e homem são de troca entre essas duas partes, a natureza oferece aos praticantes os elementos ritualísticos, sejam eles o risco, a imprevisibilidade, a beleza e eles lhes oferecem a si mesmos.

Estes sentidos são parte da multiplicidade de significados atribuídos à prática do montanhismo. Podem existir, ainda, tantos outros significados vinculados ao montanhismo, em diferentes outros grupos. Entretanto, neste caso, destacamos estes porque acreditamos que possam nos dizer que as constantes tensões dentro deste campo explicitam que é justamente na prática do montanhismo onde seus significados, e conseqüentemente os significados das relações entre homem e meio ambiente, evidenciadas pelas atividades de aventura na natureza, se constroem e reconstroem e não, necessariamente, na formação ou ideologia transmitida pelas associações ou instituições responsáveis por oferecer/proporcionar a atividade em questão. Logo, existe uma confluência de fatores e dimensões contextuais que se tensionam e perpassam que devem ser levados em conta na interpretação dos sentidos atrelados às atividades de aventura na natureza, neste caso, ao montanhismo. É, portanto, nos interstícios dos elementos que compõe este campo de conflitos (mídia, clube, e federações), que se constroem novas formas de relação entre homem e natureza e de realização e significação do próprio esporte.

Considerações Finais

Partindo de um breve percurso histórico e da compreensão das relações entre sentidos imputados ao montanhismo e os espaços sociais da prática, foi possível

verificar que as questões atreladas a esse esporte estão ligadas a um campo de disputas pela imposição do monopólio pela definição legítima da prática. Dessa forma, a investigação dos significados imputados ao montanhismo, ainda que por um grupo específico, permite repensar como a busca por uma imposição da prática legítima ressignifica a *própria prática*, a relação entre homem e meio ambiente e o sentido do esporte. Todos estes processos estão interligados dialeticamente, portanto o contrário também é verdadeiro, a prática pode conduzir a um novo uso dominante de seus próprios significados.

A questão maussiana traz também um salto para compreender como a cosmologia ocidental, primeiramente criticada por Dias como passando por um momento de crise paradigmática em relação às questões ambientais (onde homem e natureza são postos em oposição), na verdade não pode ser exclusivamente vista como interferência ideológica universalista, uma vez que os praticantes assumem um papel de transformação dos seus *selves* através da passagem de um lugar anteriormente profano, para um lugar sagrado, articulando-se assim com uma visão não antropocêntrica em relação à natureza, mas contratual. Contudo, não se pode levar em conta que este aspecto seja também universal e unívoco entre os participantes, já que o apelo midiático exerce sua influência na construção de um discurso onde a natureza é recurso útil para momentos catárticos, vinculando lazer e trabalho em uma ótica de compensação.

A perspectiva adotada de levar a pesquisa para além da relação trabalho/lazer e buscando compreender o campo esportivo de forma mais ampla, considerando os agentes nele inseridos, permitiu aprofundar a análise não apenas das tensões entre os significados reivindicados pela prática, mas a articulação entre estes setores constitutivos do emaranhado simbólico a respeito do montanhismo, ou seja, a noção de

configuração usada nos argumentos aqui colocados, expõe uma relação contextual na constituição deste campo esportivo, tal qual propõe Bourdieu (1983):

Como se constituiu este espaço de jogo, com sua lógica própria, este lugar com práticas sociais inteiramente particulares, que foram definidas no curso de uma história própria e que só podem ser compreendidas a partir desta história [...]? (p.4).

É justamente na contextualização da prática e dos agentes inseridos no campo esportivo que poderemos compreender as lógicas não apenas regulamentares do esporte, seus conflitos e tensões, mas a incorporação dessas lógicas e simbologias pelos agentes praticantes do esporte.

REFERÊNCIAS

BETIOLLO, G. M.; SANTOS, S. S. Contribuições do Montanhismo para a Educação Ambiental. **Motrivência**: Revista de Educação Física, Esporte e Lazer, Florianópolis, Ano XV, nº 20/21, 2002.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), p. 68-80, 2005, Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976> Acesso 6 out. 2015.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Coisas ditas São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Como é possível ser esportivo? In: BOURDIEU, Pierre: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, p. 136 – 163, 1983.

COSTA, V. L. M., O imaginário da Aventura. In: DIAS; ALVES JUNIOR (Org.) **Em busca da aventura**: múltiplos olhares sobre esporte lazer e natureza. Niterói: EDUFF, 2009. v. 1. p. 53-71.

DIAS, C. ALVES JUNIOR, E. **Entre o mar e a montanha**: esporte, aventura e natureza no Rio de Janeiro. Niterói: EdUFF, 2012. 152 p.

DIAS, C. A. G. Lazer e esportes na natureza face à educação ambiental: entre o possível e o necessário. In: SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE, V. COLETÂNEA DO V SEMINÁRIO O LAZER EM DEBATE. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ/LAZMIN, 2004. p.187 - 193

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difel, 1992, 424 p.

_____. **O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização.** Tradução brasileira de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, v. 2, 1993

HUBERT, Henri; MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a natureza e a função do sacrifício (1899). In: MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**, 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARINHO, A.; INÁCIO, H. L. de D. Educação Física, Meio Ambiente e Aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.28, n.3, maio 2007. Disponível em: <https://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/23/30>. Acesso 24 set. 2015.

MELO, V. A. ; ALVES JUNIOR, E.D. **Introdução ao lazer**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2012. v. 1. 149 p.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010, 108 p.

NABETA, N. N.; SILVA, C. L. . Atividades de aventura na natureza: significados para praticantes divulgadores. *Licere*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, jun. 2010. Disponível em <http://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/543/435> . Acesso: 10 junho 2017.

RAIMUNDO, S. A atividade de aventura e suas implicações na gestão ambiental: considerações sobre os impactos positivos e negativos dessas práticas na natureza. **Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura**. São Paulo: Ed. Lexia, 2010.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. [Trad. de Lourdes Santos Machado e notas de Paul Arbousse-Bastide e Lourival Gomes Machado]. São Paulo: Abril Cultural, 1973 (originalmente publicado em 1754).

TAHARA, A. K.; DIAS, V. K.; SCHWARTZ, G. M. A aventura e o lazer como coadjuvantes do processo de educação ambiental. *Revista Pensar a Prática*, v. 9, n. 1, p. 1-12, 2006. Disponível em <http://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/121> . Acesso 10 jun. 2017.

Endereço dos Autores:

Cilene Lima de Oliveira
Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais
Instituto de Educação Física - Campus Esportivo do Gragoatá
Rua Visconde do Rio Branco s/nº - Centro
Niterói – RJ – 24210-200
Endereço Eletrônico: cilnelima.uff@hotmail.com

Tauan Nunes Maia
Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais

Cilene Lima de Oliveira, Tauan Nunes Maia,
Edmundo de Drummond Alves Junior e
Gabriela Araújo Goes da Mota

Montanhismo

Instituto de Educação Física - Campus Esportivo do Gragoatá
Rua Visconde do Rio Branco s/nº - Centro
Niterói – RJ – 24210-200
Endereço Eletrônico: taunum@hotmail.com

Edmundo de Drummond Alves Junior
Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais
Instituto de Educação Física - Campus Esportivo do Gragoatá
Rua Visconde do Rio Branco s/nº - Centro
Niterói – RJ – 24210-200
Endereço Eletrônico: edmundodrummond@uol.com.br

Gabriela Araújo Goes da Mota
Universidade Federal Fluminense - Centro de Estudos Gerais
Instituto de Educação Física - Campus Esportivo do Gragoatá
Rua Visconde do Rio Branco s/nº - Centro
Niterói – RJ – 24210-200
Endereço Eletrônico: gabriela_agm7@hotmail.com